

GAZETA MERCANTIL

Terça-feira, 4 de junho de 1985

Econ - Brasil

Diálogo essencial para comandar a política econômica

O presidente José Sarney promoveu uma verdadeira reunião de trabalho no último sábado, na Granja do Torto, com a participação de ministros e de economistas especialmente convidados. Não se tratou, segundo o relato dos participantes, de uma exposição fria dos pontos de vista de cada um, mas sim de uma discussão consequente de alternativas, que terá certamente desdobramentos nas próximas semanas.

Outros encontros do mesmo estilo deverão ser realizados proximamente, já estando marcada para o próximo dia 13 uma reunião com empresários e, em seguida, o presidente ouvirá representantes do setor financeiro e dos sindicatos trabalhistas. Explicitamente, o presidente deseja capacitar-se para tomar as grandes decisões econômicas, e não deseja fazê-lo apenas no estreito círculo do Ministério. Esta concepção exclui a figura do super-ministro, ao qual, em administrações anteriores, o governo delegava a formulação e a prática da política econômica. Esta será

uma função de exclusiva responsabilidade do presidente, que, ao que tudo indica, se sentirá cada vez mais à vontade na medida em que alargar o âmbito de seu assessoramento.

Tais reuniões são essenciais em outro sentido. Tendo o governo se comprometido a não permitir que o País seja novamente dominado pela recessão e, ao mesmo tempo, tendo colocado entre as suas principais prioridades o combate à inflação, as autoridades devem calibrar, a cada passo, os instrumentos de política econômica de que dispõem e o farão com mais acerto se não se prendarem aos ditames de uma só escola ou corrente de pensamento.

Pelos relatos publicados pela imprensa, a reunião na Granja do Torto demonstrou bem essa necessidade permanente de ajustes. Teria havido consenso entre os presentes, por exemplo, de que a melhor alternativa para reduzir o déficit público é o aumento de impostos, uma vez que cortes muito profundos nos investimentos da

União colocariam o País na rota da recessão, além de levar o governo a um imobilismo incompatível com a sua proposta de ação no campo social.

Concluiu-se, no entanto, não ser possível colocar o peso maior da elevação da carga tributária sobre os assalariados, que agora começam gradualmente a recuperar o seu poder aquisitivo. Restam as empresas, mas poderiam elas suportar uma nova elevação de tributos, sem que o governo lhes ofereça compensações? Além disso, podem-se aumentar impostos mantendo um rígido controle de preços?

Sendo a resposta negativa, a única saída para o governo será reduzir os juros reais, que nos últimos meses alcançaram níveis absurdos. Se tivessem as empresas de suportar menos encargos financeiros e se fosse amenizado o controle de preços — embora o governo não se disponha a abdicar desse mecanismo —, um crescimento razoável da carga tributária poderia ser tolerado. A queda

dos juros não poderia, porém, ser tão abrupta a ponto de inviabilizar a colocação de títulos públicos no mercado.

É claro que na reunião não foram definidas exatamente as medidas que o governo tomaria para alcançar tais resultados. Mas as discussões permitiram discernir uma linha de ação, e é isto exatamente o que o presidente José Sarney parece desejar.

A pergunta que naturalmente se coloca, em exercícios como este, é como o FMI reagiria à direção que o governo imprimiria à política econômica. Também sob esse ponto de vista, o encontro na Granja do Torto possibilitou um entendimento básico. O governo vem adotando uma postura de austeridade, que não é inconsistente com o programa de reajustamento patrocinado pelo Fundo. Mas a Nova República reserva-se o direito de tomar as medidas que julgar adequadas, quando lhe parecer conveniente. Há uma disposição de manter um bom relacionamento com o FMI, mas não de aceitar a sua tutela.